



De que lado ESTAMOS?

Os EUA estão profundamente empenhados em mudar a política cambial chinesa. E acham que o Brasil pode apoiá-los

i

EM MEADOS DE MARÇO, 130 congressistas americanos enviaram carta ao secretário do Tesouro, Tim Geithner, pedindo-lhe para declarar a China um país "manipulador cambial", que fixa o valor de sua moeda de modo a prejudicar seus concorrentes. Essa definição, diziam, deveria sair no relatório semestral que o Tesouro faz sobre as políticas cambiais de seus principais parceiros comerciais, a ser divulgado 30 dias depois. "A crise econômica mostrou a necessidade premente de políticas que protejam os empregos e os negócios americanos", escreveram os parlamentares.

Dois terços dos congressistas que firmaram o documento são do Partido Democrata, como o presidente dos

EUA, Barack Obama. O texto lembra que Geithner, em depoimento no Senado, declarou que Obama também considerava que a China manipulava sua moeda. E, de fato, quando senador, Obama se alinhou entre os defensores dessa tese. O governo Obama, no entanto, agiu de modo diferente.

No início de abril, Geithner anunciou o adiamento do relatório sobre a situação cambial. A seguir, partiu em viagem não programada à Índia e à China. Na partida, justificou o adiamento do relatório com a busca de uma solução negociada. Primeiro, no "Diálogo estratégico e econômico China-EUA", uma série de encontros de representantes dos dois países que terá uma sessão neste mês, e, depois,

na cúpula mais ampla, do Grupo dos 20 (G20), programada para junho, no Canadá.

Juntamente com a Índia, a China e outros, o Brasil faz parte do G20, o fórum que engloba o G7, bloco dos sete países mais ricos, no qual, com a crise, passou-se a discutir os problemas econômicos globais. Os americanos querem ganhar aliados contra a política cambial chinesa e vêem motivos para se aproximar do Brasil nessa disputa. No fim do ano passado, em Londres, o ministro Guido Mantega chegou a declarar que o Brasil iria agir nesse sentido. Outras autoridades brasileiras têm atacado nos últimos tempos a política cambial da China. Em abril, por exemplo, o diário *Valor Econômico*

publicou declarações de Diego Bonomo, diretor da Brazil Industries Coalition, uma entidade que representa a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) em Washington, nas quais ele dizia que, "se as negociações americanas com os chineses fracassarem e se os pedidos de medidas tarifárias contra eles que já existem no Departamento de Comércio americano forem levados adiante, pode ser do nosso interesse agir de forma semelhante". Já há 12 pedidos de ação contra a China protocolados no órgão.

A MOEDA TEM DUAS CARAS

Entende-se perfeitamente o interesse e o momento escolhido pelos americanos para atacar a política cambial chinesa. Ela lhes serviu durante muito tempo: 1994 foi o último ano em que o Tesouro dos EUA apelou para o recurso de considerar a China um país manipulador do câmbio. O preço baixo da moeda chinesa, mantido por compras maciças de títulos de dívida americana, permitiu aos EUA, nos últimos 15 anos, um consumo sem igual, baseado no endividamento. A dívida média das famílias americanas em relação à renda disponível subiu de menos de 80%, há 20 anos, para 129%, em 2007. A área média das novas casas construídas nos EUA entre os anos 1995 e 2009 dobrou, para cerca de 200 m². E isso tudo a um custo relativamente baixo, porque o baixo preço do trabalho da gigantesca massa de chineses que passou a produzir para o mercado global, aliado à política de financiamento farto da dívida americana pela China, permitiu, nos EUA, pressionar para baixo o salário da mão de obra e manter baixa a taxa de juros.

Hoje, a política cambial chinesa deixou de ser solução para se tornar problema. Desde que entrou na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, a China disparou: hoje é a primeira potência do mundo em exportações. Nesse processo, acumulou saldos crescentes com os EUA e os aproveitou para comprar reservas em moeda estrangeira, que superam o equivalente a 2 trilhões de dólares (a China possui 22% da dívida emitida ou garantida pelo Tesouro dos EUA).

A crise fez explodir o sistema financeiro americano, o principal

facilitador da disparada do consumo no país. A riqueza das famílias encolheu 12 trilhões de dólares, mais que o PIB americano. O Federal Reserve, o banco central dos EUA, tem mantido os juros de curto prazo próximos de zero, porque o país está saindo lenta e penosamente da crise. Mas, em breve, terá de elevá-los, pois nenhum investidor sensato apostará num país extremamente endividado que pague pouco por sua dívida.

O presidente Obama quer mudar essa situação no prazo mais curto possível. Disse, no início deste ano, que os EUA devem dobrar suas exportações em meia década. Nesse rumo, o país vai aprofundar uma tendência já visível

A política cambial da China servia aos EUA, enquanto permitiu um consumo sem igual, baseado no endividamento. Com a crise, tudo mudou e agora os americanos pressionam para alterá-la

no seu comércio exterior desde o início dos anos 1990: exportar cada vez menos para os países desenvolvidos e cada vez mais para países emergentes, como o Brasil. No ano passado, por exemplo, os EUA tiveram um saldo comercial com o Brasil de 4,5 bilhões de dólares. É o primeiro saldo negativo da balança comercial brasileira com os EUA desde o ano 2000.

O debate sobre a manipulação do câmbio é uma moeda de duas caras: tem também o lado chinês, é claro. É preciso entender a abertura chinesa para o mercado financeiro internacional e suas limitações.

ESTAMOS NO MESMO BARCO?

A política de abertura chinesa foi gradual e ainda não se completou. Por 14 anos, o país negociou as condições

para sua entrada na OMC. No campo financeiro, a abertura começou pela conta de transações correntes. Até então, o Banco do Povo da China (o BC chinês) controlava o pagamento de todos os compromissos do país em moeda estrangeira a uma taxa cambial fixa, equivalente a 1 dólar para 1,5 yuan. A partir de meados de 1986, o yuan foi gradualmente desvalorizado e a quantidade de negócios liberados em moeda estrangeira se ampliou. Em 1994, o dólar valia 8,28 yuans e a balança de transações correntes da China estava amplamente aberta.

Não foi aberta, no entanto, a conta de capitais. A diferença é crucial. Na conta de capitais, são registrados compromissos de longo prazo: investimentos na abertura de empresas, na compra total ou parcial delas, empréstimos, compra de títulos, de ações. Todos dependem de autorização do governo chinês, que basicamente cuida para haver transferência de tecnologia e garantia de geração de divisas, com exportações, para pagar os custos dos capitais investidos ou emprestados. Lucros e demais rendimentos dos investimentos podem ser pagos no dia a dia, pela conta das transações correntes. Não dependem de autorização prévia do banco central. A autorização já está dada no momento em que o Estado define as condições e aceita os compromissos assumidos com os investidores a prazo longo.

A China manteve a política de atrelamento do yuan ao dólar, à base de 8,28 por 1, até julho de 2005. A partir daí, iniciou um processo de valorização controlada de sua moeda de cerca de 20%, o que mudou a taxa de câmbio para 6,83 yuans por dólar, no início da crise financeira internacional. Aí, então, ancorou novamente o yuan na moeda americana.

O argumento de que a valorização do yuan ajudará a reduzir os desequilíbrios da economia mundial é debatido há muito tempo. Na discussão, sistematicamente se esconde que a China tem grande saldo com os EUA, mas um comércio relativamente equilibrado com o resto do mundo e déficit grande com vizinhos da Ásia, de quem compra partes de equipamentos para montar e exportar. No caso da África e da América Latina, a China •

é grande importadora de produtos básicos e de matérias-primas. Com o Brasil - de quem se tornou a maior parceira comercial, desbancando desse posto os EUA -, a China teve um déficit comercial de 4,3 bilhões de dólares no ano passado.

O maior mito sobre o valor do yuan, dizia em 2005 Stephen King, economista-chefe do HSBC, é que a moeda chinesa mais forte ajudaria a reduzir o déficit comercial americano. O comércio com a China, dizia King, perfaz apenas 10% do comércio total americano. Cada 10% de valorização do yuan tenderiam a reduzir apenas 1% do déficit, dizia King. Entre 2005 e meados de 2008, o yuan valorizou 20% e o déficit americano não caiu.

A nova preocupação dos americanos com o yuan deve-se possivelmente ao fato de os chineses terem intensificado seus esforços para elevar o padrão de desenvolvimento técnico do país. Um decreto do governo da China, no fim do ano passado, deu prioridade às empresas locais em compras do governo.

Os chineses insistem em dizer, com razão, que ainda são um país atrasado, distante dos padrões tecnológicos dos americanos. O exemplo do iPod da americana Apple, montado na China e de lá vendido, no atacado, a 224 dólares a peça, apoia essa conclusão. Um estudo da Universidade da Califórnia, de 2007, dividiu a renda criada na produção do aparelho. Ele

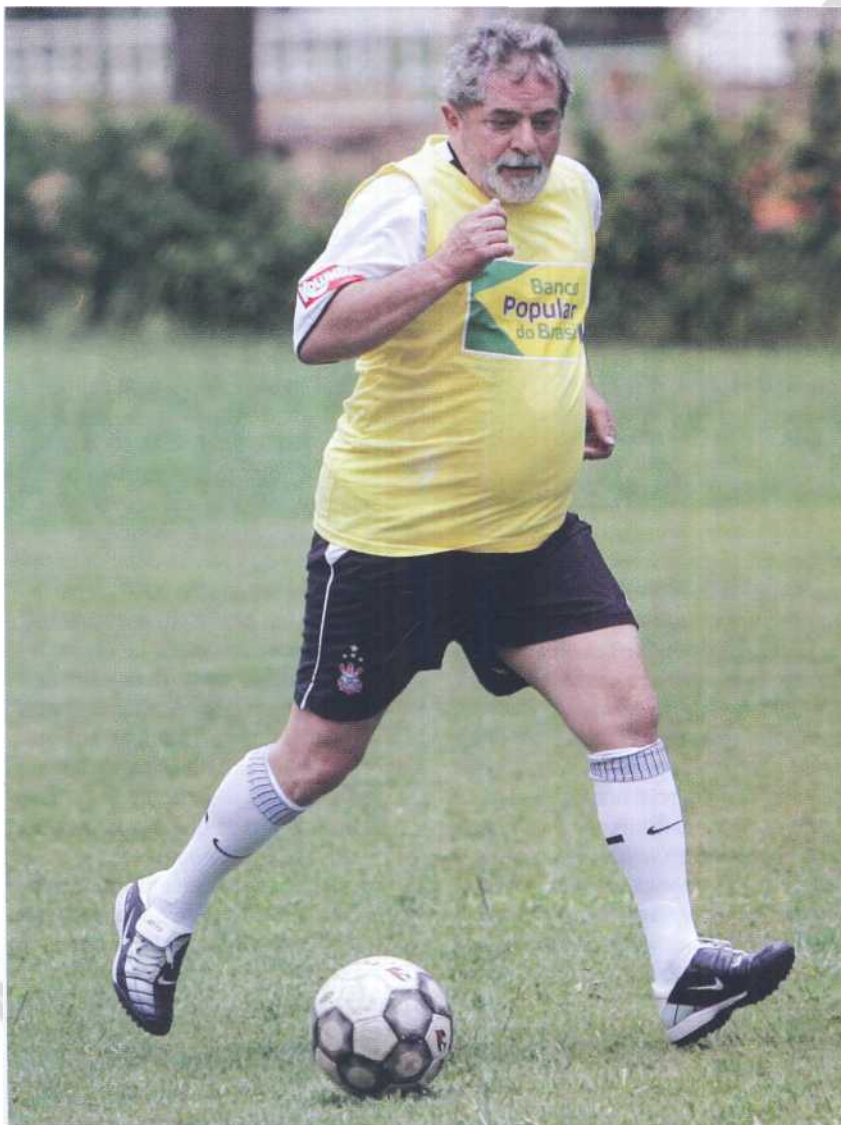
tem 424 partes. Trezentas custam menos de um centavo de dólar. A mais cara, a tela, valia 20 dólares, mas era feita no Japão. Na China ficavam, na forma de salários para os trabalhadores e lucros para os empresários, para cada iPod, 3,70 dólares. Com a Apple, 80 dólares.

O grau de desenvolvimento técnico de um país se reflete, em última instância, no quanto se paga aos trabalhadores. Os americanos pagam 150 mil dólares de salário médio anual a um engenheiro. Os chineses, 50 mil dólares. Por quê? Na edição do início de abril do semanário britânico *The Economist*, o vice-presidente da Intel, Brian Krzanich, como que respondeu à questão. Se um engenheiro pode, por meio de aperfeiçoamento ou método, elevar em 2% a eficiência de um equipamento que custa, como alguns da Intel, 70 milhões de dólares, o peso de seu salário é mínimo no custo final do produto, disse o executivo.

A riqueza dos donos da Intel, a gigante americana na fabricação de microprocessadores, está acumulada especialmente no valor dos fantásticos equipamentos desenvolvidos e aperfeiçoados por seus trabalhadores e técnicos ao longo dos anos. Os chineses e outros povos asiáticos para os quais se deslocou a produção de partes e a montagem e teste de produtos sofisticados, criados no centro do sistema capitalista, ainda estão longe do coração do processo de geração de riqueza do mundo ampliado, onde domina o capital das multinacionais dos países ricos.

O Brasil deveria estudar com atenção as políticas comerciais e cambiais desses povos. Isso o ajudaria a ver seus próprios erros. A sua abertura comercial foi rapidíssima e sem salvaguardas. As tarifas brasileiras de importação caíram quase a um terço de 1987 para 1992: de 58% para 15%. Também no mesmo período ocorreu ampla, geral e irrestrita abertura de nossas contas de transações correntes e de capitais.

E o salário médio dos operários das áreas mais desenvolvidas do País está praticamente estagnado há décadas. A elite brasileira parece convencida de que vamos triunfar por termos muito sol e muita terra e nem tanto pela qualidade do trabalho de nosso povo. •



O jogo mudou. Vamos manter a mesma tática ou aprender com os asiáticos?